

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ

Av. Jorge Teixeira nº 4872 CEP: 76.929-000 Bairro Alto Alegre Urupá/Rondônia CNPJ 63.787.097/0001-44 Homepage: www.urupa.ro.gov.br



Lei nº 399/2010

De 27 de abril de 2010.

"Dispõe sobre a criação do Abrigo Municipal de Urupá, para Crianças e Adolescentes, seu funcionamento e dá outras providências".

- **Art. 1º** Fica criado o Abrigo Municipal de Urupá, entidade de acolhimento provisório e vivência destinada ao atendimento e acolhimento especial e exclusivo de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social ou abandono, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- **Art. 2°** O Abrigo Municipal terá por função abrigar temporariamente crianças, a pessoa até doze anos de idade incompletos, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade cidadãos Urupaenses que se encontrem em situação de risco, objetivando:
- I oferecer uma alternativa de moradia provisória para adolescentes violados em seus direitos;
 - II proporcionar ambiente sadio de convivência;
 - III oportunizar condições de socialização;
 - IV oferecer atendimento médico, odontológico, social e/ou orientações;
 - V oportunizar a fregüência do adolescente a escola e a profissionalização;
- VI garantir a aplicação dos princípios constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente:
- VII prestar assistência integral aos adolescentes preservando sua segurança física e emocional.
- § 1º O objetivo do amparo a criança ao adolescente é o de proporcionar meios capazes de readaptá-lo ao convívio da família e da sociedade, com possibilidade de adoção, se assim for determinado pelas autoridades competentes.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ

Av. Jorge Teixeira nº 4872 CEP: 76.929-000 Bairro Alto Alegre Urupá/Rondônia CNPJ 63.787.097/0001-44 Homepage: www.urupa.ro.gov.br Lugar born de vive

§ 2º Excepcionalmente poderá ser abrigado crianças e adolescentes de outros municípios, desta e de outras comarcas, desde que encaminhados pelo Juízo da Infância e

Juventude ou pelo Ministério Público.

Art. 3° O atendimento oferecido pelo Abrigo Municipal de Urupá será de

competência da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS, em

instalações físicas adequadas de habilidade, higiene, salubridade e segurança, podendo

atuar em parceria com entidades devidamente cadastradas junto ao Conselho Municipal da

Criança e do Adolescente, mediante prévia determinação da autoridade competente.

§ 1º O tempo de permanência no Abrigo é de 45 (quarenta e cinco) dias,

podendo ser prorrogado por mais um período igual, salvo situação em que o internado

necessite de um maior período de internação, conforme dispuser a avaliação técnica ou

determinação judicial.

§ 2º Atendendo medida judicial, poderão ser abrigados adolescentes pelo

período definido pelo Poder Judiciário.

Art. 4º O abrigo Municipal de Urupá contará com Regimento Interno

contendo as normas de funcionamento e atendimento, devidamente aprovado pela

autoridade competente.

Art. 5º O Abrigo Municipal será dirigido e administrado por equipe constituída

de funcionários públicos municipais, para os seguintes cargos, previstos em Leis Municipais:

I - Diretor Geral;

II – Assistente Social;

III – Psicólogo;

IV - Pedagogo;

V – Guardiã;

Parágrafo Único: Se imprescindível para atender as funções de que tratam

este artigo, poderão ser criados no quadro geral de servidores cargos e/ou empregos

públicos respectivos.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÁ



Av. Jorge Teixeira nº 4872 CEP: 76.929-000 Bairro Alto Alegre Urupá/Rondônia CNPJ 63.787.097/0001-44 Homepage: www.urupa.ro.gov.br

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar manterão acompanhamento constante e fiscalização do Programa e Atendimento no Abrigo Municipal.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do programa de Acolhimento no Abrigo Municipal, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, consignadas no orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada através de Decreto do Poder Executivo que homologará o Regime Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10° Revogam-se as disposições em contrário.

Urupá/RO, 27 de abril de 2010.

CÉLIO DE JESUS LANG Prefeito do Município de Urupá

Prefeitura do Município de Urupá	Câmara do Município de Urupá
PUBLICADO	PUBLICADO
De: //A/	De: //A/